

Diário da Assembléia

Nº 3.001

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 11.ª Sessão Ordinária

Realizada em 19 de Março de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e David Federmann.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Bersari Neto — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para a Proposição n.º 13-74.
- de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 289-73.
- de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 285-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja encaminhado telegrama ao Exmo. Senhor Governador do Estado, Emílio Gomes, nos seguintes termos: "Assembléia Legislativa Paraná congratula-se Vossência indicação nome Zacarias Seleme Secretaria Interior e Justiça vg escolha acertada difícil Pasta política Estado pt

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

(a) — Olavo Ferreira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja encaminhado telegrama nos termos abaixo, ao Senador Octávio Cesário Pereira Júnior: "Assembléia Legislativa Paraná congratula-se Vossência assunção cargo Senador onde continuará brilhantes realizações em prol nosso Estado pt

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

(a) — Olavo Ferreira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, de acordo com as normas regionais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário seja encaminhado o telegrama abaixo, ao Exmo. Senhor Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, Zacarias Seleme:

Assembléia Legislativa Paraná congratulando-se sua posse Secretaria Interior e Justiça vg apresenta votos feliz gestão frente importante Pasta pt

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

(a) — Olavo Ferreira

Requerimento

Senhor Presidente:

Nos termos de Requerimento já aprovado por esta Casa, requeiro regimentalmente, que se destine a Sessão do próximo dia 28, para palestra do Dr. Arturo Andreolli, Presidente da Copel, com início às 15,00 horas.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

(a) — Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, usando das atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão composta por Deputados, para representar esta Assembléia Legislativa na abertura oficial da IV Exposição Agropecuária e Industrial que será realizada no dia 23 do corrente, na cidade de Paranavai.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

aa) Wilson Fortes,
Fuad Nacli,
Basílio Zanusso

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

a) — que, em função de convênio firmado pelos Governos do Estado do Paraná e de Santa Catarina, a exploração do serviço telefônico em Rio Negro a cargo do vizinho Estado;

b) — todavia, até a presente data, o referido serviço não vem acompanhando o progresso de Rio Negro; e o que é bem pior, a precariedade de atendimento traz sérios prejuízos à comunidade, bastando salientar que uma ligação

interurbana entre Rio Negro e a Capital do Estado demora, em média cinco horas;

c) — que, o serviço local de há muito não recebe qualquer ampliação, requeiro à Mesa, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Senhor Governador do Estado e ao Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando que SS. Exas. se dignem adotar as medidas necessárias objetivando a exploração, pela TELEPAR, dos serviços telefônicos em Rio Negro, e, ao mesmo tempo incluindo, prioritariamente aquele Município no sistema de ligação DDD.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

(a) — Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

A safra paranaense de soja é das mais promissoras. Têm-se como certa excelente perspectiva quanto a qualidade e quantidade da extraordinária cultura que tem carreado para a economia do Estado, soma das mais consideráveis. Entretanto, a sua colheita, totalmente mecanizada, exige que a mesma seja realizada em curto espaço de tempo, não só para evitar sérios desperdícios, mais ainda por necessidade de desocupar a terra e dar lugar ao plantio de trigo.

Existe por conseguinte, verdadeira corrida em busca da compra de colheadeiras. Nessas fábricas não têm condições para atender a demanda, razão pela qual o Governo Federal, através seus órgãos técnicos determinou que colheadeiras importadas também fossem contempladas com financiamentos de cem por cento pelo Banco do Brasil S/A.

A colheita da safra atual já se inicia e até a presente data as agências do interior do Banco do Brasil S/A, não têm instruções para o referido financiamento. Isto vem causando, como é muito natural sérias preocupações por parte daqueles que tendo encomendado suas colheadeiras, ainda não conseguiram efetuar a devida transação, por falta de financiamento.

Assim, necessário se torna que o Banco do Brasil S/A, baixe normas autorizatórias para que suas agências efetuem os referidos financiamentos com a máxima urgência e nas condições que foram amplamente divulgadas.

Pelas considerações enumeradas e, considerando a urgência que o assunto exige, o Deputado que o presente subscreve, amparado no que lhe faculta o Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao excelentíssimo senhor Presidente do Banco do Brasil S/A, solicitando sejam tomadas medidas necessárias para que as agências efetuem os financiamentos de colheadeiras importadas, com cem por cento de financiamento.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1974.

(a) — Rosário Pitelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Paraná viveu momentos de tranquilidade política desde o instante em que assumiu o Poder Executivo o Governador Emílio Gomes. Graças a sua formação liberal e sua origem nas urnas compreendeu os anseios de quantos militam na difícil arte da política.

A paz da família política paranaense, além da visão realista do Governador, teve um artifício e responsável direto a quem cabem as honras e as glórias: Senador Octávio Cesário Pereira Junior. Na direção da Pasta política do Governo Estadual ouviu todas as correntes de pensamento, atendeu dentro de justos critérios as reivindicações dos companheiros e soube harmonizar os interesses da família arenista estadual.

Octávio Cesário Pereira Junior homem que foi convocado para servir nos mais diversos postos da administração em épocas passadas, quer nas Pastas governamentais quer na qualidade de legislador, sempre soube desincumbir-se das missões a que fora convocado. Político de raras qualidades intelectuais, dotado de uma sensibilidade notável, afeito ao diálogo obteve êxito nas missões mais árduas que se apresentavam para solução.

No instante em que é convocado novamente para a honrosa posição de Senador da República, o subscritor do presente requer a consagração de um voto de lcuor ao Secretário do Interior e Justiça pelo brilhante desempenho que teve à frente da Pasta política. Foi ele o verdadeiro artífice da paz política reinante no Paraná que encontrou ressonância no plano Federal e ecoa em outros Estados.

Esta pacificação política, além dos frutos internos, como a tranquilidade que o Governador Emílio Gomes teve para administrar o Paraná, conquistou posição de destaque para o Estado que ingressa na participação ativa no Governo Ernesto Geisel. A paz permitiu para que os líderes políticos do Paraná atuassem no sentido de reivindicar para o Paraná postos de relevância na futura administração.

Ao consignar este voto, expressão de gratidão por ter oferecido tranquilidade fazemo-lo ao Senador Octávio Cesário Pereira Junior, bem como cumprimentamos o Governador que soube escolher auxiliares de gabarito e grande sensibilidade política.

Requer outrossim, que a deliberação da Casa seja dada ciência ao artífice da paz política e ao Governador Emílio Gomes que o escolheu para seu Secretário.

(a) — Wilson Fortes

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Exmo. Sr. Osiris Stenghel Guimarães, Digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando obséquio de imediatas determinações no sentido ser dada continuidade as obras de reparo da Ponte sobre o Rio Ribeira, na estrada que liga os Municípios de Cerro Azul e Jaguariáva, Pr.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia autêntica de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

A ponte sobre o rio Ribeira, na estrada que liga os Municípios de Cerro Azul e Jaguariáva, sofreu avarias e, porisso teve um de seus lances de acesso demolido, para efetivação de reparo total da estrutura. Entretanto, augeles trabalhos tiveram início há mais de 60 (sessenta) dias e, sob alegação de ocorrência de problemas de ordem técnica foram interrompidos sem maiores avisos e, até o presente, não se teve notícia de nenhuma outra providência destinada a superar o alegado obstáculo.

A situação é tanto mais grave se levarmos em conta que a população de toda aquela região tem na estrada com o tráfego ora interrompido seu único meio de comunicação com os demais centros e vem sendo obrigada a transpor o rio Ribeira em pequenas barcas e canoas, pondo em risco não só sua segurança física como ainda ficando sob ameaça permanente de perda total

dos produtos agrícolas e horti-granjeiros que transporta. Saliente-se, ainda, que o comércio e indústria de toda região vêm sendo verdadeiramente estrangulados em seu fluxo normal acarretando sensíveis prejuízos para toda comunidade, inclusive por perda de produtos que excedem o tempo de comercialização. Finalmente, diga-se que toda população da região atravessa estado de expectativa em virtude da proximidade da safra de laranja — abril e maio —, cuja previsão é das mais otimistas, e estar ameaçada de perder-se por impossibilidade de escoamento, pois que enquanto a ponte sobre o Rio Ribeira não for totalmente restaurada dando condições de tráfego normal à toda a estrada não haverá como escoar-se aquela produção.

Levando-se, ainda, em conta, que a obra não é das mais difíceis sob o ponto de vista da engenharia rodoviária e que o problema técnico que teria entravado a continuidade dos reparos em cerca de sessenta dias já deve estar mais do que solucionado, não vemos porque a Secretaria dos Transportes não determina de imediato o término do trabalho, para que seja restabelecida a normalidade econômica de toda a região. Sendo certo também, que o Exmo. Sr. Secretário dos Transportes não tem conhecimento da presente situação, esperamos que o mesmo haja por receber este nosso Requerimento sob o ponto de vista de colaboração à sua gestão, que se prenuncia plena de realizações e que deve ser orientada para as legítimas reivindicações das comunidades do interior do Estado.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1974.

(a) — João C. Fadel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma prescrita pelo Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, seja formulado um apelo à Diretoria da Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A. — TELEPAR — no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias para a pronta normalização de seus serviços, atendendo, desta forma, com dignidade os usuários de aparelhos telefônicos da Capital e do Interior do Estado.

É de se lamentar que em um Estado como o nosso, considerado pioneiro no campo da telecomunicação e um dos melhores equipados nesse setor, se verifique defeitos em linhas telefônicas e o restabelecimento à normalidade se faça de maneira tão morosa e apática como vem se verificando.

Nesta Capital, por exemplo, e não é um dos poucos, o Instituto São José localizado no bairro de Abranches, permanece isolado, telefonicamente, há mais de trinta dias em razão de simples defeito de linhas, embora reiteradamente houvessem reclamações pelos consertos necessários. Assim tem sido com os demais usuários da Capital. Nesta própria Casa já se contactou a deficiência quase absurda de tais serviços, em decorrência dos defeitos já apontados.

No interior do Estado, em especial no Norte, como se verifica em Arapongas, as instalações de extensão e mudanças de aparelhos telefônicos, em determinados casos, ou seja, quando o usuário se vale tão somente de suas prerrogativas sem descaminho das formalidades normais, são atendidas de modo irregular, demorando, em alguns casos, mais de mês para ser dado atendimento ao pedido, cujo tratamento é estendido aos escritórios e casas comerciais.

Não se pode compreender e aceitar um Estado pioneiro e com o melhor e mais avançado sistema de telecomunicação, como o Paraná e que de forma contrastante possua péssimos serviços de assistência a manutenção, razão pela qual se pleiteia a melhoria de tais serviços, sem o que continuarão os usuários da TELEPAR a sofrer inúmeros prejuízos e transtornos de toda ordem, cuja situação constitui o absurdo de um sistema avançado ter um atendimento antiquado, desorganizado, demorado e incompatível com a era atual.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

(a) — Muggiati Filho

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 19-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Ficam criados na "Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho", os Cursos de "Orientador Educacional" e "Supervisor de Ensino".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

(a) — Haroldo Bianchi

JUSTIFICATIVA: — Dentre as várias opções oferecidas pelo Sistema Educacional no país, duas se destacam pela objetividade no aprimoramento cultural e desenvolvimento do ensino brasileiro: O Orientador Educacional e o Supervisor de Ensino.

Representam estes Cursos, dos mais importantes na formação cultural e moral da juventude brasileira, o que de mais moderno e prático existe nos currículos universitários do país.

Apresentamos o presente Plano de Lei, com o intuito de dotar a referida Faculdade da progressista cidade de Jacarezinho, destes Cursos indispensáveis para a sedimentação cultural da região.

PROJETO DE LEI N.º 20-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Sempre que marido e mulher sejam contribuintes do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, o valor dos auxílios que lhes são devidos, bem como aos seus dependentes, em caso de internamento hospitalar, será de cem por cento (100%) das despesas realizadas, calculadas estas de acordo com a tabela própria da entidade.

Parágrafo único — Na hipótese prevista neste artigo, ficarão os contribuintes e seus dependentes desobrigados, por igual, do pagamento de qualquer taxa pela prestação de serviços de assistência médica e odontológica.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

(a) — Haroldo Bianchi

JUSTIFICAÇÃO:

Normalmente, de acordo com a regulamentação da assistência médica e hospitalar, o contribuinte do IPE, em casos de internamento, seja próprio ou de dependentes, recebe um auxílio de setenta por cento (70%) das despesas, calculadas estas conforme uma tabela da entidade.

Como a legislação que rege a vida do Instituto, faculta, quando ambos os cônjuges são funcionários, que apenas um deles pague contribuição, ficando

o outro na categoria de dependente, nada mais justo que, se ambos preferirem contribuir, ao invés de fazer uso da faculdade de opção, se lhes conceda um auxílio hospitalar correspondente à totalidade da despesa realizada.

Da mesma forma, é perfeitamente justo que se os isente, bem como aos seus dependentes, de qualquer das taxas que são cobradas pela prestação de serviços médicos e odontológicos.

Estas as razões que nos levaram à apresentação do presente Plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. que após quívido o Plenário seja encaminhado o telegrama nos termos abaixo à comunidade evangélica presbiteriana, à rua Comendador Araújo, 343, Curitiba:

"Assembléia Legislativa do Paraná associando-se justas homenagens prestadas insigne Pastor Oswaldo Emrich vg formula votos Deus continue abençoando seu benemérito trabalho realizado em nosso Estado vg dando-lhe condições de muito ainda fazer em prol da comunidade evangélica de Curitiba pt"

JUSTIFICATIVA: Hoje às 20,00 horas no templo da Igreja Presbiteriana de Curitiba, à Rua Comendador Araújo, 343, realiza-se uma cerimônia religiosa especial e de grande significação. Presta-se hoje um culto de ação de graças que representa o desejo de uma comunidade evangélica, a Presbiteriana, de render sinceros agradecimentos a Deus por bênçãos recebidas. Nesta noite em particular o culto é de ação de graças pelas bênçãos que Deus vem derramando não só sobre a comunidade, mas, principalmente, sobre o seu amado Pastor, Oswaldo Soeiro Emrich, pela passagem do seu 24.º aniversário de pastoreio à frente da comunidade evangélica. Diz o Senhor: Em tudo dai graças. É o que faz a comunidade presbiteriana com esta cerimônia tão significativa e que demonstra ao seu Pastor e família todo o afeto, carinho e eterno reconhecimento por tudo que ele, por vocação consagrado ao ministério religioso, realizou com amor durante este longo tempo de pastoreio que foi um dos mais profícuos e eficientes trabalhos ministeriais. Formado em 1939, como bacharel em Teologia, pela Faculdade Teológica de Campinas, São Paulo, depois de haver pastoreado várias Igrejas em Minas Gerais, veio para Curitiba onde até hoje se encontra. Ocupou o Reverendo Oswaldo Emrich as mais elevadas posições dentro da Igreja Presbiteriana, exercendo nos dias de hoje a função de Capelão do Hospital Evangélico de Curitiba.

Nada mais justo portanto, que se preste esta noite a mais sincera homenagem àquele que durante 24 anos soube com abnegação amor, cristamente orientar e conduzir os que estavam sob a sua responsabilidade.

Num mundo tão cheio de inversão de valores, onde nem sempre se reconhece o trabalho que os verdadeiros líderes realizam, tanto no campo material como no espiritual, nada mais oportuno que esta Assembléia Legislativa manifeste à comunidade presbiteriana de Curitiba a sua inteira solidariedade à homenagem que merecidamente é prestada ao Reverendo Oswaldo Emrich.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Solicitamos a palavra para encaminhar, à consideração desta Casa, Requerimento no seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente:

Na oportunidade em que há alteração de titulares nas Pastas do Interior e Justiça e Trabalho e Assistência Social, com o titular desta, Deputado Federal ZACARIAS SELEME, assumindo a primeira, é justo lançar um apelo, desta Assembléia, por melhores condições de funcionamento aos estabelecimentos incumbidos de recuperar o menor infrator, especialmente a Escola Queiroz Filho.

Tendo aquele estabelecimento subordinado à Pasta que ocupava, Secretaria do Trabalho e Assistência Social, e indo agora ocupar a Secretaria do Interior e Justiça, deverá o Deputado ZACARIAS SELEME empenhar-se por regularizar o funcionamento da Escola Queiroz Filho, verdadeira nódoa na política da assistência ao menor, desenvolvida aqui no Paraná.

Em episódio recente, fugiu de lá o perigoso homicida e assaltante conhecido como "Joãozinho", desencadeando uma atenção maior da imprensa para com a instituição. O que se viu foi o impasse da administração, então sob responsabilidade de um homem experiente, o bacharel Altevir Caruzzo, durante muitos anos com relevantes serviços aos Estabelecimentos Penais do Estado. O impasse é o de manter confinados na Escola, que não possui esquemas de segurança idênticos aos presídios, marginais como "Joãozinho" que, nos seus dezessete anos, possui corpulência e periculosidade idênticas às de qualquer delinqüente adulto. Ocorrida a fuga, o bacharel Altevir Caruzzo, homem aberto e sincero, deu entrevista à imprensa, na qual apontou as deficiências da Escola Queiroz Filho, todas decorrentes da falta de recursos humanos e materiais, e da própria política adotada para a recuperação de menores infratores no Brasil, onde se coloca, juntos, garotos de onze ou doze anos, inculcados de pequenas infrações, com infratores de quase dezoito anos, fisicamente adultos, responsáveis por delitos de gravidade.

Essa sinceridade valeu o afastamento do bacharel Altevir Caruzzo, em demonstração de que, infelizmente, vale mais a versão do que o fato. Na realidade, durante sua administração, a Escola Queiroz Filho teve um número de fugas menor que o habitual, graças a várias providências humanizantes e acauteladoras que demandaram dedicação e esforço.

Sr. Presidente, queremos frisar, fazendo um parêntesis em nosso Requerimento, que não estamos absolutamente jogando a responsabilidade ao atual Governo que, em poucos meses não poderia, evidentemente, consertar o que está errado naquela Escola, há mais de um quarto de século.

O Bacharel Altevir Caruzzo foi demitido de suas funções apesar dos relevantes serviços que prestou à comunidade porque teve a coragem de vir a público denunciar as irregularidades do sistema de segurança da Escola Queiroz Filho. O Sr. Secretário Zacarias Seleme ao invés de chamar o Diretor do Instituto de Assistência ao Menor e determinar que fossem fornecidos todos os meios ao alcance do Governo para cercar aqueles menores de conforto, comodidade, instrução e segurança, também para evitar as fugas, preferiu o caminho mais fácil, de demitir abruptamente e impiedosamente o bacharel Altevir Caruzzo de suas funções. Não será a gratificação de função que irá fazer falta ao bacharel Altevir Caruzzo, mas a injustiça que sentiu na carne por ser afastado de uma maneira tão desumana quando ele apenas cumpriu o seu dever de denunciar à opinião pública as irregularidades que se verifica-

vam naquela escola. A fuga ocorreu alta madrugada quando o Diretor daquela Escola de recuperação estava em sua residência recolhido ao repouso merecido após a labuta diária. Que culpa, eu pergunto tem o Sr. Governador, se neste instante uma viatura pertencente ao Poder Público estiver neste instante cometendo uma infração de trânsito ocasionando um acidente de trânsito com vítima? Vai se culpar ao Sr. Governador ou ao motorista que ocasionou o acidente? O mesmo não aconteceu na Escola Queiroz Filho. Tinha que se punir o guarda que deixou escapular o menor, nunca o Diretor da Escola, com a demissão e sua demissão foi devida ao fato de ter a coragem de ocupar uma Emissora de Televisão e denunciar uma irregularidade ocorrida naquela Escola. — (Continua lendo): "Mas as deficiências básicas da instituição não puderam ser sanadas, por falta de recursos materiais, aberrando principalmente a mistura de idades, que faz da Queiroz Filho uma verdadeira escola de delinquência: os infratores mais velhos e de maior periculosidade se transformam em ídolos e professores dos mais jovens, dando início a carreiras tristes onde o último diploma é alcançado na Penitenciária. A situação é tão evidentemente aberrante que preocupa outras autoridades ligadas ao problema da delinquência, inclusive o atual Corregedor do Ministério Público, o dinâmico e culto Professor Henrique Chesnau de Lenz Cesar, que em várias oportunidades manifestou os seus protestos.

Agora na Secretaria do Interior e Justiça, que subordina os Estabelecimentos Penais do Estado, o Deputado Zacarias Seleme que faz uma visita à Penitenciária do Estado e veja, nos arquivos, quantos dos detentos iniciaram carreiras do crime na Escola Queiroz Filho. Deverá, então, sensibilizar-se, e dar maior importância ao fato que à versão. E como Secretário do Interior e Justiça, cargo de articulação política em alto nível, pleitear para a Escola Queiroz Filho melhorias imediatas, e para os pequenos infratores uma recuperação isolada dos delinquentes juvenis.

Se isso for alcançado, a fuga do marginal "Joãozinho", com todo o perigo que traz à comunidade, ainda assim será benéfica, porque a atenção que despertou terá motivado providências de longo alcance, melhorando o sistema de segurança pública. Ainda neste sábado vimos um memorial da Associação Comercial do Paraná, em que, falando pelas classes produtoras, a entidade cobra do governo melhoria global da política de segurança pública. Enquadram-se aí as providências em favor da Escola Queiroz Filho, com a sociedade recuperando realmente o pequeno infrator, ao invés de dar-lhe um curso completo de banditismo. Se isso ocorrer, estará superada também a injustiça cometida contra o bacharel Alveir Caruzzo, cujos esforços, e cuja coragem, foram recompensados com um afastamento que, sem diminuí-lo, só engrandece o comprova o elevado espírito público de toda uma vida.

Assim, requer-se seja encaminhado um apelo oficial desta Casa ao Governador do Estado, aos Secretários do Trabalho e Assistência Social, e Interior e Justiça, no sentido de que urgenciem providências para reformular totalmente a Escola Queiroz Filho, fornecendo meios ao invés de tentar furtar ao conhecimento público uma cruel e triste realidade".

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a grata satisfação de anunciar a presença, no Plenário, do Sr. Antonio Machado, Chefe do Distrito Sanitário do Distrito de Maringá.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença na Tribuna na tarde de hoje é para justificar um Requerimento que estamos endereçando ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, no sentido de melhorar o financiamento do trigo. Diz o seguinte: — (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER envio de ofício ao Exmo. Senhor Presidente do Banco do Brasil S/A, solicitando seja concedido aos tricultores financiamento mais amplo para a atual safra, incluindo as despesas com preparo de terras.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

JUSTIFICATIVA:

Através de campanha nacional o Brasil deverá ter em curto prazo uma produção de trigo que lhe garantirá auto-suficiência. O Governo Federal desde muito tempo vem se preocupando com o problema, uma vez que deseja mesmo atingir a meta proposta. Várias e necessárias medidas têm sido tomadas e outras ainda deverão vigorar, para que o País possa atingir o seu objetivo. O preço do produto recentemente majorado e fixado pelo Governo, se bem que aparentemente substancial, na realidade não corresponde com o aumento desmedido no custo de produção. O adubo e o inseticida tiveram uma alta alarmante. O problema ainda se agrava mais, quando este onus fica sobrecarregado com a falta do produto no mercado. Tudo isto poderá por em risco o destino promissor que está reservado a nossa triticultura, se outras medidas de incentivos não forem postas em prática. O recém-empossado Ministro da Agricultura, segundo vem sendo amplamente divulgado, têm se revelado como o grande interessado em nossa triticultura, procurando de todas as formas tomar medidas para garantir uma produção brasileira à altura de suas reais necessidades. Atingida esta meta, o Brasil poderá deixar de importar o trigo estrangeiro, sempre de preço muito elevado. Esta campanha que toma vulto em todos os órgãos do Governo, necessita receber por parte do Banco do Brasil S/A, o incentivo maior. É do financiamento do estabelecimento de crédito oficial, que todos se apoiam para a definição da área a ser plantada. Por isso, quando o Banco do Brasil estabelece suas normas de financiamento para a cultura do trigo na presente safra em Cr\$ 2.100,00 por alqueire, ele o fez baseando cobrir somente as despesas mínimas de semente, adubo e inseticida. Ficou à margem a despesa de preparo de terra, hoje grandemente onerada com o alto custo do combustível, e, das máquinas e implementos agrícolas. Desta forma, e para que o Governo Federal atinja o exito desejado de uma produção auto-suficiente para o País, em tão oportuna hora posta em prática, necessário se torna que o Banco do Brasil S/A, amplie a faixa de financiamento, concedendo de imediato, financiamento que inclua também o preparo da terra, hoje grandemente onerado".

Estas são as principais justificativas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que havemos por bem juntar ao nosso Requerimento que visa solicitar ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, que amplie a faixa de financiamento para que se possa cultivar o trigo e dar ao nosso Estado do Paraná esta posição extraordinária de grande produtor do trigo. Para isso, somente necessitamos que a alta Direção do Banco do Brasil, cliente e consciente dos seus problemas, possa dar um financiamento maior, incluindo neste financiamento um preparo de terras que como já explicamos, anteriormente, é oneroso e difícil, é uma mão de obra tão cara e que, inclusive hoje, é tão difícil de ser encontrada. Espero que a Casa de apoio integral a este Requerimento, para que a

cultura do trigo possa ter o exito desejado. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chegando de viagem, hoje, não tinha tomado conhecimento da ação que culminou com o afastamento do Diretor da Escola Queiroz Filho, o Advogado Caruzzo. Tomei conhecimento, através das palavras proferidas há pouco, pelo ilustre Deputado Erondy Silvério; e aqui venho à Tribuna, para solidarizar-me integralmente com as palavras do Sr. Deputado Erondy Silvério.

Aquele que percorre a pé as praças de nossa Capital e as principais ruas da cidade, verifica o triste espetáculo que se nos apresenta todos os dias, com menores de ambos os sexos; altas horas da noite, meninas de 8 e 10 anos, perambulam pelas ruas; garotos perambulam o dia todo, descalços, rotos, e famintos. E se é verdade, Sr. Presidente, que a Nação caminha pelos pés das crianças, eu pergunto: que pés são estes, que cortam os gramados, as ruas, caminham nas estradas e nas ruas asfaltadas das grandes cidades? São pés doídos pelo sofrimento; pés sofridos que revelam o sofrimento daqueles que estão sobre eles. É preciso uma ação conjunta. Não há necessidade de muitos órgãos para tratar do menor. É preciso que haja uma conjugação de esforços, que o Juizado de Menores esteja intimamente ligado ao Instituto de Assistência ao Menor; que haja uma conjugação de esforços, de autoridade, para que pelo menos não continue abandonado e frequentando a escola do crime, para, mais tarde, ser mais um marginal a dar serviço à polícia e à população. Vamos, Srs. Deputados, atender profilaticamente ao mal. De nada adianta a repressão se nós continuarmos a deixar o menor, totalmente abandonado na escola do crime. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Pequeno Expediente. Passaremos ao Grande Expediente, concedendo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns dias focalizamos, desta Tribuna, fato que vem preocupando a população de Londrina. Hoje, voltamos ao mesmo tema, porque ele continua a preocupar, com maior intensidade e porque hoje trazemos comprovantes da situação criada no Município, pela SANEPAR, que recentemente iniciou a exploração do seu sistema de águas; a elevação abrupta do preço cobrado pela água, no Município de Londrina, vem causando uma onda de descontentamento na população daquele Município. Diariamente, cresce o número daqueles que procuram a SANEPAR para reclamar, para registrar a sua reclamação.

Não podemos compreender que a Cia. de Saneamento do Paraná, após haver assumido compromisso, venha a desrespeitá-lo, elevando de forma alarmante o preço do precioso líquido no Município de Londrina.

Temos aqui comprovantes de contas cobradas pela SANEPAR naquele Município e tivemos a preocupação de trazer contas referentes a moradores de bairros, gente humilde, cujo salário insignificante mais insignificante se torna diante do fato que ora narramos. O Município de Londrina, através do serviço autárquico de saneamento, cobrava por uma conta de água 34 cruzeiros. Essa mesma conta é cobrada pela SANEPAR ao preço de Cr\$ 141,64. De Cr\$ 39,90 em um dos bairros de Londrina, passou a cobrar Cr\$ 125,27. De Cr\$ 38,40 para Cr\$ 104,20. De Cr\$ 5,00 para Cr\$ 54,00. Um exagero, um abuso, um verdadeiro atentado contra a economia popular.

Uma pessoa que ganha salário mínimo não pode pagar Cr\$ 104,00 num mês.

Aqueles que procuram a SANEPAR para registrar a sua reclamação, são obrigados a pagar Cr\$ 18,00, a fim de que a Companhia possa efetuar uma vistoria, alegando a existência de possíveis vazamentos. Se essa afirmativa fosse correta, Londrina hoje estaria inundada, porque 70% da população de Londrina está fazendo essa mesma reclamação.

A SANEPAR vai mais longe. Está cobrando por taxa de ligação, a importância de Cr\$ 576,00 para aqueles que não podem pagar à vista, distribuídos em quarenta e oito pagamentos de 12 cruzeiros.

E hoje falta água em Londrina! O serviço é deficiente. Onde não faltava água está faltando, porque está efetuando a SANEPAR paralisação dos serviços e desligamento e quando é feita novamente a ligação vem a pressão e com a pressão do ar o relógio gira mais rapidamente, fazendo aumentar ainda mais a conta cobrada no final do mês.

E por isso que estão afirmando que a SANEPAR está vendendo ar à população de Londrina.

Voltamos hoje a esta Tribuna com uma preocupação de reiterar o apelo feito há dias ao Governador do Estado para que estas distorções sejam corrigidas e providências sejam tomadas.

Alguma coisa deve estar errada. Não é possível que uma conta que antes custava Cr\$ 5,00 possa custar agora Cr\$ 54,00. Há que considerar ainda que nenhum serviço, até o presente momento, foi realizado pela SANEPAR, ou pelo Estado. Tudo que existe, em matéria de água e esgoto do Município, foi feito pela Prefeitura e à custa dos municípios londrinenses. Por essa razão, não vemos motivo algum para essa elevação abrupta que veio tomar de surpresa os londrinenses.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, nós tivemos, como V. Exa., a grande honra de participar da vida de Londrina, como representante dela na Câmara Municipal. E vimos, desde o início, o esforço que se fez para que Londrina chegasse, como chegou, a ter um dos mais perfeitos serviços de água e esgoto. E isto deve-se à administração que, durante muitos anos não olvidaram esforços, mesmo enterrando canos que, geralmente, não rendem politicamente; mas que deram a Londrina, apesar da sua expansão demográfica — acho que mesmo inigualável em todo o Estado do Paraná, em função da sua universalidade — um serviço de águas bastante satisfatório. Entretanto, nobre Deputado, apesar de até lucros que vinham sendo obtidos com a exploração desse serviço, com um saldo de 2 ou 3 milhões de cruzeiros, a Prefeitura de Londrina não tinha mais condições de suportar o onus de uma ampliação violenta e necessária, quase que imediata, do serviço de água e esgoto de Londrina. Porque, trazer água do Rio Tibagi é, hoje, uma obra de grande envergadura e irá custar, certamente, mais de cem milhões de cruzeiros para os cofres municipais. É preciso que se lembre que o orçamento de Londrina é relativamente pequeno, cerca de 48 milhões de cruzeiros, não tendo condições, portanto, o Município de arcar com esse onus. Foi por esse motivo que o serviço de água e esgoto de Londrina passou para a SANEPAR.

Acredito, nobre Deputado, que qualquer aumento, mesmo que seja de um centavo, pesa, realmente, no bolso do povo, porque a situação econômica financeira é bastante difícil. Sei que o povo de Londrina, como de todo o Paraná e do Brasil, principalmente aqueles que percebem salário mínimo, está passando grandes necessidades. Entretanto, gostaria de fazer apenas uma justificativa, por mais esforço que se faça às vezes não se consegue aquela jus-

tificativa que gostaria de chegar. É uma fase de transição, e nessas ocasiões, a administradora enfrenta problemas novos para ela. A SANEPAR recebeu o serviço de água e esgoto de Londrina, um serviço muito bem organizado, mas tinha que se entrosar dentro da filosofia da própria SANEPAR. E a SANEPAR passou a cobrar uma conta que não era de 30 dias, mais sim de 40 e 50 dias, e com um aumento de 15,5%, nos trinta dias. Praticamente o aumento seria de 40% sobre os 50 dias cobrados. Também, como V. Exa., recebi as mesmas reclamações. E em muitos lugares, pudemos verificar casos de vasamento. Inclusive, no prédio em que moramos, havia um vasamento tremendo e tivemos que mudar todo o encanamento para saná-lo.

Então, acho que V. Exa. tem toda razão ao fazer essas reclamações e trazer o seu protesto.

Mas é necessário que se façam duas justificativas. Em todo o período de transição há distorções. Acredito que vai haver no setor de eletricidade desde que passe a Empresa Elétrica de Londrina, que por muitos anos serviu aquela cidade, para a COPEL. Vão haver distorções até que se enquadre perfeitamente. Mas, creio que essas distorções serão corrigidas. Se não forem, pode ter certeza, que virei à Tribuna fazer como hoje faz V. Exa., este mesmo protesto contra esse aumento exorbitante no momento mas que poderá ser, perfeitamente, corrigida nos próximos meses desde que as deficiências sejam sanadas. Esta a observação que desejamos fazer a V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte de V. Exa. e gostaria de, inicialmente, contrariar uma opinião posta pelo nobre par de Londrina, isto é, que Londrina não teria condições no seu orçamento de ampliar o serviço de água.

Entendo que teria condições não a curto prazo, mas a médio prazo, efetuando o serviço de forma parcelada sem exageros e sem precipitação. Aliás, nas reuniões realizadas anteriormente a ascensão do serviço à SANEPAR a opinião corrente era de que Londrina teria condições e não efetuou o Planasa em função de não possuir condições para realizar a ampliação do serviço. O Planasa aderiu em virtude de uma política do Governo Federal de que se não aderisse o Planasa não teria financiamento para a realização de outras obras de vital importância para o Município, não só no setor de água, como no setor de vias expressas, no setor de transposição de vias férreas e outros.

Poderia até denominar isto, me perdoe a franqueza, de "chantagem federal". Foi uma imposição que fez com que o Município aderisse...

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS — Já concedo. Ficou-se então num dilema. Ou Londrina aderiria e receberia os financiamentos oferecidos pelos órgãos federais ou Londrina não aderiria e ficaria sem poder realizar as grandes obras que a população está a exigir da administração.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O Governo Federal nunca faria "chantagem". O termo que V. Exa., me permita, não foi muito feliz.

O SR. ALVARO DIAS — Talvez não tenha sido feliz no termo, mas é a forma de ver a situação.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. como homem público que é, e brilhante, há de convir que o Governo Federal não vê em termos de Londrina, Cambé, Iporã, Goiânia, Campinas. Vê em termos nacional, inteiramente nacional. O plano, então é nacional. O Brasil todo tem direito à água, a esgoto e à eletricidade. Este é o mínimo que a população exige. V. Exa. disse que Londrina tinha condições de realizar o trabalho de expansão de água. Teria mas a longo prazo.

O SR. ALVARO DIAS — Dentro do necessário.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. sabe perfeitamente...

O SR. ALVARO DIAS — Segundo os técnicos que lá estão há algum tempo, perfeitamente inteirados das necessidades do Município.

O Sr. Olavo Ferreira — Os técnicos também disseram que Londrina tinha condições, com 15 milhões, de fazer a transferência da linha férrea; 15 milhões foram consumidos e hoje a obra não se realiza por menos de 120, 150 milhões de cruzeiros.

O SR. ALVARO DIAS — Ninguém afirmou...

O Sr. Olavo Ferreira — Sim, Sr., não há condição! Se não fizer isso a prazo curto, em vez de 60, 70 milhões de cruzeiros esta obra vai ficar a mais de 150 milhões de cruzeiros.

O SR. ALVARO DIAS — A nossa discussão em torno deste assunto é estéril, já que é fato consumado, é problema superado. O que nós devemos enxergar agora é o problema focalizado, em que V. Exa. inclusive conosco concorda, de que está havendo distorção na justificativa de V. Exa., em favor da mudança.

Realmente, toda mudança, toda transição provoca alterações, mas eu não posso, diante de situação desta natureza, permanecer insensível diante de reclamações de moradores do Município de Londrina, que estão sendo explorados pela SANEPAR. Esta é a realidade. Eu entendo que, talvez, e até procuro entender assim, não é objetivo da SANEPAR, não é desejo da SANEPAR explorar ninguém, mas, a exploração, mesmo que sem a predisposição para isso, está existindo, existindo por alguma falha e o nosso objetivo aqui desta Tribuna não é explorar o fato, e sim, alertar o Governo, mais particularmente a SANEPAR, para que procure encontrar a falha existente no sentido de corrigir essa distorção e fazer com que essa população não continue a ser sacrificada da forma como está.

O problema do vasamento alegado por V. Exa. no caso do edifício onde mora, que citou como exemplo, é uma execução, que nós procuramos verificar isso. Pode existir alguns casos, mas, não em 70% do Município de Londrina, como afirmou, pois seria inevitável uma inundação no Município já que, só num dia o número de reclamações no balcão da SANEPAR atingiu a 150; cidadãos afirmando ganharem 250 cruzeiros por mês e que portanto não poderiam pagar aquela alta importância, de água; um disse: — Já avisei à minha esposa: vai faltar água em casa, porque não poderemos pagá-la.

Então, não é possível que o vasamento tenha surgido somente agora, antes, não.

O fator primordial dessa elevação é aquele que citamos anteriormente, a pressão provocada pelo deslocamento, quando do retorno da água; vem então a pressão e faz com que o relógio gire mais rapidamente, elevando então a conta a ser paga.

O Sr. Olavo Ferreira — Tem razão V. Exa., qualquer elevação traz uma reação da população, muito justa, especialmente numa situação desta, adversa, à qual nos encontramos.

V. Exa. sabe perfeitamente que, quando houve aumento do imposto predial e territorial, de Londrina, nós poderíamos perfeitamente ir à imprensa...

O SR. ALVARO DIAS — O seu Partido foi, V. Exa. agiu de maneira correta e elogiável.

O Sr. Olavo Ferreira — Eu soube distinguir perfeitamente minha função de Deputado, de Presidente de uma associação de classes, Associação Comercial de Londrina, e fui, com toda a entidade, conversar com o Sr. Prefeito — que não é do meu Partido, é do seu — mostrando ao Sr. Prefeito de que ele

estava perfeitamente dentro da Lei, que a Lei o autorizava a aumentar o valor venal; ele não tinha aumentado as alíquotas, mas o povo não suportava o aumento de 100 a 300%, no imposto predial. O Prefeito foi sensível, deu uma redução da diferença do Imposto do Valor Venal do ano passado para este ano, diminuindo em 20%. Ele reconheceu que houve erro sério de mais de um milhão de cruzeiros de serviços e de obras que Londrina poderia realizar. Reconheço isto, mas também atendendo as classes mais humildes, que precisavam ter este imposto diminuído e fiz um apelo até ele que não repetisse o erro de todos os prefeitos anteriores de aumento no primeiro ano de sua gestão, que ele aumentasse todos os anos um pouquinho para que devagar também fosse reajustado o imposto para que houvesse uma continuidade de trabalho e de obras. Espero que estas distorções da SANEPAR sejam corrigidas porque senão, nobre Deputado, V. Exa. pode ter certeza, iremos ao lado de V. Exa. apelar ao Diretor da SANEPAR para que corrija e não seja tão afetada a população de Londrina como está sendo afetada.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço a colaboração de V. Exa. O Prefeito foi sensível à sua reivindicação e espero que a SANEPAR seja sensível à reivindicação que fazemos neste instante.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? Eu queria apenas observar a V. Exa. que esta questão de aumento no Brasil não é mais estranhável. Esta questão de aumento da SANEPAR, de impostos de Londrina é uma vertical é uma espiral normal no Brasil inteiro. Do ano passado a agora, há um ano, o custo de vida aumentou 100%. De sorte que não é de se estranhar este aumento da Prefeitura de Londrina. É um mal nacional que é galopante, é extraordinariamente galopante.

O SR. ALVARO DIAS — E nós temos que afirmar aqui como afirmou Paulo Brogar, candidato ao Senado pelo nosso Partido no Rio Grande do Sul que Delfim Neto precisa entrar no Mobral para aprender a contar acima de 12 e sentir mais de perto a realidade da economia brasileira, já que ele, homem de Governo afirmou e reiterou que houve uma elevação do custo de vida no Brasil na ordem de 12%. A inflação a ordem de 12%.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente queria informar a V. Exa. de que oportunamente, possivelmente no decorrer desta semana, terei de trazer a esta Casa informações detalhadas acerca da situação do fornecimento de água hoje feito pela SANEPAR na cidade de Londrina e V. Exa. haverá de verificar que realmente o aumento concedido nas tarifas não excede a 15 e meio por cento. Por outro lado, sem pretender criticar o Departamento de Água e Esgoto da Prefeitura Municipal de Londrina, nobre Deputado, quero confessar a V. Exa. que algumas irregularidades foram encontradas pela SANEPAR ao vistoriar "in loco" os medidores das mais diferentes residências e conjuntos habitacionais de Londrina. Houve casos em que um cidadão pagava taxa mínima pelo abastecimento de água em sua residência e possuía piscina na sua casa. Há casos desta natureza e V. Exa. há de convir que em alguns casos a atualização da tarifa terá que ser feita e corrigidas as distorções que existem. V. Exa. fez menção a uma chantagem do Governo Federal. Permito-me dizer a V. Exa. que há filosofia do Governo da República que pretende que alguns serviços essenciais...

O SR. ALVARO DIAS — Definições próprias.

O Sr. Ivo Thomazoni — ...lhes são próprias, estejam ao alcance do povo e sabe-se que prefeitos municipais não tendo hoje condições de propiciar à sua coletividade alguns serviços, no caso de serviço de abastecimento de água, de saneamento básico e mesmo, se V. Exa. observar há hoje um Plano Nacional de Saneamento, como há um Plano Nacional de Habitação, um Plano Nacional de Telecomunicações e tantos outros, e o Governo Federal tem que tomar a responsabilidade de resolver este problema que no Paraná deu recursos federais na ordem de 500 milhões de cruzeiros para resolver só o problema de saneamento de água, então, por favor, entendo que V. Exa. defende os mais legítimos interesses da sua coletividade londrinense mas que, por favor, veja na SANEPAR a Cia. responsável que é na solução de tão importante problema que aflige não só a comunidade de Londrina, mas outras comunidades paranaenses. Veja V. Exa. a filosofia do Governo Federal, as empresas similares devem subsidiar aqueles serviços deficitários. No caso de Londrina, concordo com V. Exa., lá tem rentabilidade econômica, mas o Governo tem que chegar com a água também nas municipalidades que não têm recursos para dotar os municípios deste serviço. E nada mais justo que no plano do Governo se realizem estes serviços em pequenas comunas subvencionadas com aquela de boa rentabilidade. V. Exa., da Tribuna, nobre Deputado, vive se queixando quando o Governo pretende propor um aumento de 20% ao funcionalismo, dizendo que é irrisório, que está aquém das necessidades, e V. Exa. reclama violentamente, quando a água sobe 15%. V. Exa. terá que ser um pouco mais do lado do Governo. Tem que haver uma retribuição destes serviços.

O SR. ALVARO DIAS — O fecho do meu discurso, seria no sentido de apelar ao Líder do Governo para que levasse esse nosso apelo à SANEPAR e trouxesse de lá alguma resposta. V. Exa. falou em piscina, mas o morador da Travessa Amapá, o morador da Rua Caeté, da Rua Santa Luzia em Londrina, não possuem condições de ter uma piscina em sua casa. Ganha salário mínimo e está pagando esta aberração pela água. Nobre Deputado, agradeço a compreensão de V. Exa., a boa vontade demonstrada em levar até à SANEPAR esta nossa solicitação: os anseios da população de Londrina. Gostaria de me justificar em relação ao termo "chantagem", aqui adotado na tarde de hoje. Chantagem, é o ato que alguém pratica para fazer com que alguém aceite uma vontade sua, mediante uma ameaça. Nós compreendemos os objetivos do Governo Federal ao adotar esta política. Quero inclusive adiantar que num sentido global, num sentido nacional, foi uma chantagem positiva, mas a definição da forma usada para mim, foi esta, é uma forma de forçar alguém a fazer alguma coisa. Forçou-se o Município de Londrina a aderir ao PLANASA.

O Sr. Ivo Thomazoni — Veja V. Exa., Deputado Alvaro Dias, que é uma forma de relacionamento entre Estado e União. Também temos caso idêntico a este relacionamento. Temos um programa recente que serve de exemplo. Ninguém mais do que o paranaense jacta-se de possuir a mais perfeita Companhia de Telecomunicações que possa existir no Brasil, a nossa Telepar. Entretanto, o Plano Nacional de Telecomunicação nos induziu a entregar o controle acionário da Telepar, ao Governo Federal. Porque? Porque interessava ao Estado do Paraná receber recursos que nos poderia carrear para a Telepar, para nosso projeto de Telecomunicação, em todas as comunas paranaenses.

Veja V. Exa. que os recursos que o BNH põe à disposição do Paraná, no campo de saneamento básico, transcende a importância que não se pode imaginar; é tanto dinheiro que possibilita a execução das obras todas do Paraná, que não há como pretender justificar Londrina, que fique à margem destes acontecimentos, desta evolução. Considero histórica esta evolução porque, pela primeira vez nós em termos de saúde pública estamos oferecendo à população brasileira, que vive no Paraná, a perspectiva de poder viver em condições de saúde, exigidas hoje. Ora, isto é benéfico.

Era o aparte.

O SR. ALVARO DIAS — Aplica-se o termo, se quiser acrescentar o adjetivo "benéfico", esteja à vontade. No caso de Londrina, foi favorável à adesão. Porque a alegação dos homens da Sanepar era de que Londrina representava o ponto de partida para o êxito da operação Sanepar, no Estado inteiro, dada a sua potencialidade em termos econômicos no setor de água, seria indispensável para que a Sanepar obtivesse êxito em todo o Estado. Não crítico isto. Apenas a elevação abrupta na taxa de água do Município de Londrina, que vem, de forma extraordinária, sacrificar aqueles menos favorecidos economicamente. Não os donos de piscinas, mas aqueles que moram na vila, ganham salário mínimo e não têm condições de pagar preço elevado pela água.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)
Tive uma expressão feliz, o Prefeito José Richa, numa das reuniões que comparecemos em que estavam os Diretores da Sanepar. O Prefeito se expressou assim: — Ele estava tranquilo; durante o Governo dele não haveria falta de água em Londrina. Mas, como homem público não poderia pensar desta forma; tinha que pensar no futuro numa população muito maior do que a existente em Londrina e que não gostaria de passar ao seu sucessor um problema dos maiores, incalculável quase, da falta de água. Então, ele realmente fazia um apelo aos Vereadores que aceitassem passar para a Sanepar, dentro do plano do Planasa, porque ele desejava de imediato que viessem maciçamente os recursos do BNH.

Nós temos que admitir, nobre Deputado, que 4.a feira passada, o Sr. Prefeito José Richa esteve no BNH e está trazendo recursos violentos e aumentados; e o Paraná hoje que sempre foi beneficiado, deverá ser muito mais beneficiado, ainda com o Sr. Maurício Schulman como Presidente do BNH. Se o Paraná tem sido tão beneficiado com um Presidente, que não é paranaense, eu tenho certeza que com um paranaense do calibre de Maurício Schulman, podemos ter certeza de que teremos mais recursos para que o saneamento e água no Paraná não sejam mais problema.

O SR. ALVARO DIAS — Quanto à adesão ao PLANASA, estamos de pleno acordo, mesmo por que a Prefeitura de Londrina estava com vários projetos elaborados e parados porque os órgãos competentes aguardavam esta medida da adesão ao PLANASA para liberar financiamentos, que estão chegando, para a realização de obras de grande vulto em Londrina.

Concluindo quero repetir que em relação à adesão ao PLANASA estou perfeitamente de acordo. Apenas não concordo com as taxas cobradas atualmente e acho que uma verificação deve ser feita para que aqueles menos favorecidos economicamente possam se beneficiar dos serviços de água em Londrina sem sacrifícios maiores, sem terem que pagar esta importância que faz falta em seu orçamento doméstico.

Fica aqui o apelo e esperamos que o líder do Governo o leve à SANEPAR. Aguardamos que a revisão seja feita nas contas cobradas em Londrina porque havendo bom senso temos certeza de que se concordará em que o que se cobra hoje não é justo, que é inadmissível cobrar daqueles que não possuem condições mesmo de viver de forma mais decente economicamente.

Agradeço à Presidência e aos Senhores Deputados a atenção. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Esta Presidência esclarece aos Srs. Deputados que o Expediente de amanhã será dedicado à memória de Assis Chateaubriand, e ficam designados os Srs. Deputados João Fadel e Iris Caldart para falar sobre o homenageado.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142-73, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Inspeção Regional de Ensino de Rondon, com sede na cidade do mesmo nome e com jurisdição sobre os Municípios de Rondon, Indianópolis e Guaporema. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 199-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Capanema, Foz do Iguaçu, Grandes Rios, Pato Branco, Peabiru, Rolândia, Sabáudia, Salgado Filho, Cambira e São João do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.P. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 220-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Balsa Nova, Bom Sucesso, Colombo, Formosa, Inajá, Ivaítuba, Quinta do Sol, Planaltina do Paraná, Pérola, Tamboara e Tapira, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Assistência Social de Curitiba — Amas de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48-72, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, no bairro do Aeroporto, cidade de Londrina, e dá outras providências. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e Favoráveis da C.F. e C.I.P. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 48-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no bairro do Aeroporto, na cidade de Londrina.

Art. 2.º — As despesas referentes a esta autorização correrão por conta da dotação orçamentária a ser prevista para a Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1972.

(a) — Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA — O bairro do Aeroporto, na cidade de Londrina, é um dos mais progressistas daquela cidade, apesar de distante do centro. Aproximadamente 3 mil alunos, ali residentes, vêm, com enormes dificuldades e despesas de transporte, realizando seus estudos ginasiais em outros estabelecimentos da cidade, pela falta de um Ginásio no bairro. Este projeto, que dá autorização ao Poder Executivo, a criar um Ginásio Estadual naquele bairro, além da grande massa de estudantes que atenderá, ali residentes, também, os dos bairros de Cervejaria, Boa Vista, Vila Ocean, Jardim Europa, Jardim Mazzei e Califórnia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 48-72

PARECER

Natureza: Cria Ginásio no bairro do Aeroporto, em Londrina.

Autor: Dep. Antonio Belinati

A matéria do projeto em questão para se concretizar não depende de lei, porquanto faz parte da competência ordinária do Executivo, no exercício de suas funções institucionais; ainda que necessitasse de lei, seria defeso ao deputado ou comissão propor o respectivo projeto de lei em face da vedação expressa da Carta Estadual, no artigo 35.

Além disso, o disposto no art. 30, da Lei n.º 4.978, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), votado por este Poder estabelece que tais unidades de ensino sejam criadas mediante decreto do Executivo, por proposta da Pasta da Educação.

Por fim, razões de ordem técnico-administrativas desaconselham a ingerência do legislador, muitas vezes leigo no assunto, na execução de planos acabados para a expansão da rede escolar.

Entendo que o recurso regimental da indicação atinge mais ordenadamente o objetivo, cuja nobreza é evidente, em benefício da administração, da comunidade e, por que não confessar, do próprio deputado que, assim, realiza parte de sua missão.

Opino pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, 7-6-72.

(Ass. ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 48-72

Autor: Dep. Antonio Belinati

PARECER

Tratando-se de projeto autorisatório, somos pela aprovação.

Em 26 de outubro de 1972.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 48-72

I — O presente plano tem por objetivo a criação de um Ginásio Estadual, no bairro do Aeroporto, na cidade de Londrina.

II — Do ponto de vista desta Comissão, o projeto em tela está em condições de ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

Rosário Pitelli — Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 216-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Santo Antônio do Caiuá e Santa Izabel do Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65-73

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Santo Antônio do Caiuá e Santa Izabel do Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-9-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 216-73

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65-73

PARECER

A Proposição em tela, tem suas origens na Mensagem Governamental n.º 75-73, encaminhando a este Poder Legislativo, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Santo Antônio do Caiuá e Santa Izabel do Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Referidos Convênios, enquadram-se na competência deferida ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, e por força do que dispõe o art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe a este Poder Legislativo referendar os Convênios aludidos, o que ora fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 19-9-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução n.º 65-73, ex-Proposição n.º 216-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Santo Antonio do Caiuá e Santa Izabel do Oeste, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, encaminhados pelo Poder Executivo através de Mensagem Governamental n.º 75-73, de 20 de agosto de 1973.

2. Respalado pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convênios e tendo-se em conta o evidente interesse comunitário na adoção das medidas propostas e, finalmente, considerando-se que as implicações financeiras serão as naturais decorrentes de tal cometimento administrativo, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente à matéria testilhada.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65-73

1 — O projeto ora em exame, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 75-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Santo Antonio do Caiuá e Santa Izabel do Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

2 — Quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional e financeiro, esta matéria já mereceu pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — As razões apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo estão a demonstrar o acerto da medida preconizada, razão por que, quanto ao mérito, nos manifestamos pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

Antonio Belinati — Presidente

Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

MENSAGEM

75-73

Curitiba, 20 de agosto de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Santo Antonio do Caiuá e Santa Izabel do Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ ESTADO DO PARANÁ

CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 05 dias do mês de junho do ano de 1973, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Arnaldo Rossatto, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Caiuá, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-07-1972, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de Convênio estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação, que visem a harmonia e a in-

tegração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste Convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Caiuá, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste Convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas:

- I — o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para a efetivação deste Convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 06 de junho de 1973.

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Arnaldo Rossatto — Prefeito Municipal de Santo Antonio do Caiuá

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE ESTADO DO PARANÁ

CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos oito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor Orlando Elimar Kegler, Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação, que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste Convênio fora dos limites territoriais do Município ou quando recolhidos por razões administrativas, repór de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste Convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para a efetivação deste Convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 8 de maio de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Orlando Elimar Kegler — Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 220-73, de autoria do Deputado Xenofonte Villanueva, que denomina Grupo Escolar Odete Borges Botelho, o atual Grupo Escolar de Pitangueiras, Município de Rolândia. Pareceres favoráveis da C.C.C.J. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 220-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Grupo Escolar Odete Borges Botelho, o Grupo Escolar de Pitangueiras, do Município de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1973.

(a) Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

Na oportunidade em que for efetuado o registro histórico do ensino no Município de Rolândia, com toda a certeza merecerá invulgar destaque a personalidade de Odete Borges Botelho. Nascida em 11 de março de 1926 na cidade de Morretes, faleceu em acidente aviatório no dia 21 de agosto de 1962.

Em 1949 com a criação do Curso Normal Regional de Rolândia, foi designada para reger turmas suplementares, período no qual demonstrou o seu acentuado espírito público e invulgar interesse pelo ensino.

Liderou campanhas através de festivais e subscrição de livros-ouro, a fim de ser iniciada a construção de prédio próprio destinado a Escola Normal. É bem vivo ainda, na memória daqueles que a conheceram, o entusiasmo e o esforço com o qual dirigindo uma turma de pedreiros, conseguiu construir duas salas de aula.

Muitas foram as horas que passou dentro desta pequena obra, muitos foram os sacrifícios feitos para que a mesma se realizasse. É de justiça pois, que transcorridos 11 anos de seu falecimento, possamos através do presente Projeto de Lei demonstrar saudoso reconhecimento pelo muito que fez pelo ensino de nossa terra.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 220-73

1 — Visa o presente plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Xenofonte Villanueva, denominar Grupo Escolar "Odete Borges Botelho", o atual Grupo Escolar de Pitangueiras, do Município de Rolândia.

2 — As razões apresentadas pelo nobre autor estão a demonstrar o acerto da medida preconizada, razão porque, quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, nos manifestamos pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Wilson Fortes — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

PARECER

DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA AO PROJETO DE LEI N.º 220-73

O Projeto de Lei n.º 220-73, de autoria do nobre Deputado Xenofonte Villanueva, objetiva denominar Odete Borges Botelho, o Grupo Escolar de Pitangueiras, Município de Rolândia.

Está devidamente justificado e entendemos pelo seu conteúdo, ser das mais justas a homenagem que deseja o Autor prestar em nome do povo daquele Município, a quem tanto contribuiu para a cultura e ensino de sua população.

Sendo assim opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala de Reuniões, em 21 de novembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 285-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Muggiati Filho e Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 289-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fuad Nacli, Wilson Fortes e Basílio Zanusso, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Srs. Deputados, para representar esta Assembléia Legislativa na abertura oficial da IV Exposição Agropecuária e Industrial que será realizada no dia 23 do corrente, em Paranavai. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando que se destine a Sessão do próximo dia 28, para palestra do Dr. Arturo Andreoli, Presidente da COPEL. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Diretor Presidente da TELEPAR, visando sejam adotadas medidas necessárias objetivando a exploração, pela TELEPAR, dos serviços telefônicos em Rio Negro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S. A., encarecendo seja concedido aos triticultores, financiamento mais amplo para a atual safra, inclusive as despesas com preparo de terras. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando obséquio de imediatas determinações no sentido de ser dada continuidade às obras de reparo da ponte sobre o Rio Ribeira, na estrada que liga os municípios de Cerro Azul e Jaguariaíva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Diretoria da TELEPAR, no sentido de que sejam tomadas providências para a pronta normalização de seus serviços, atendendo, desta forma, condignamente os usuários de aparelhos telefônicos da Capital e do interior do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado telegrama à Comunidade Evangélica Presbiteriana, associando-se às justas homenagens prestadas ao Pastor Oswaldo Emrich. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S. A., visando financiamento integral para colheiteiras importadas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior e Justiça, congratulando-se pela sua posse. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado telegrama ao Sr. Senador Octávio Cesário Pereira Júnior, pela sua assunção ao cargo de Senador. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, lido da Tribuna, solicitando voto de lóuvor ao Sr. Senador Octávio Cesário Pereira Júnior, pelo brilhante desempenho que teve à frente da Pasta da Secretaria do Interior e Justiça. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, lido da Tribuna, solicitando seja enviado telegrama ao Sr. Governador do Estado, congratulando-se pela indicação do Sr. Zacarias Seleme, para a Secretaria do Interior e Justiça. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para a Proposição n.º 13-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Antônio Lopes Júnior, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior e Justiça, bem como ao Sr. Secretário do Trabalho e Assistência Social, consubstanciado em apelo, por melhores condições de funcionamento aos estabelecimentos incumbidos de recuperar o menor infrator, especialmente a Escola Queiroz Filho. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para amanhã, dia 20, quarta-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 13-74.

e uma Sessão Ordinária para amanhã, dia 20, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nrs. 58-73, 64-73 e Projeto de Lei n.º 184-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 65-73 e de Lei n.º 220-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nrs. 68-73, 69-73 e de Lei n.º 125-69.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 19.a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e presentes os Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Igo Losso, Quielse Crisóstomo da Silva, Ovídio Franzoni e Antônio Lopes Júnior. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia:

1) — PROJETO DE LEI N.º 263-73, de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza. Declara de utilidade pública o Clube da Soda Hélio Brandão, desta capital. Relator o Senhor Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado.

2) — PROJETO DE LEI N.º 271-73, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Denomina Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, o Grande Auditório do Teatro Guaíra. Relator o Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. — Aprovado.

3) — PROJETO DE LEI N.º 275-73, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 200,00 a Cecília Beck Selhorst. Relator o Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. — Aprovado.

4) — PROJETO DE LEI N.º 277-73, de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso. Declara de utilidade pública a Associação Metodista de Assistência Social — AMAS, com sede e foro na cidade de Morretes. Relator o Senhor Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. — Aprovado.

5) — PROJETO DE LEI N.º 280-73, de autoria do Senhor Deputado Emílio Carazzai. Autoriza o Poder Executivo elevar para seis salários mínimos da região, a pensão mensal da Senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador do Estado, Caetano Munhoz da Rocha. Relator o Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Parecer contrário. — Aprovado.

6) — PROJETO DE LEI N.º 282-73, de autoria da Comissão Especial para Estudo da Reforma de Lei do I.C.M. Introduz alterações na Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972. Relator o Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. — Aprovado.

7) — PROJETO DE LEI N.º 283-73, de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli. Cria Cursos Normal e Científico, no Município de Terra Roxa, para funcionar no próximo ano letivo. Relator o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. — Aprovado.

8) — PROJETO DE LEI N.º 285-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 106-73, encaminhando anteprojeto de Lei que concede à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, poderes para oferecer quotas do Imposto único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contra garantia de obrigações que aquela Empresa assumir até limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00. Relator o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. — Aprovado.

9) — PROPOSIÇÃO N.º 254-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 96-73, encaminhando cópia de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com a Prefeitura Municipal de Paranaguá, para construção de prédio para o Instituto Médico Legal. Relator o Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável com Projeto de Resolução. — Aprovado.

10) — PROPOSIÇÃO N.º 256-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 98-73, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios de Pérola do Oeste, Pirai do Sul e Roncador, para fornecer equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator o Senhor Deputado Igo Losso. Parecer favorável com Projeto de Resolução. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente: Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária.

aa) ANTÔNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA FILHO — Presidente.
Rita Celestino Soares — Secretária.

7.a Legislatura — 4.a Sessão Legislativa

Ata de Instalação

Aos dezoito dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro na Sala de Reuniões, após o término da Sessão Plenária, reunidos os Senhores Deputados: Ovídio Franzoni, Erondy Silvério, Antonio Lopes Júnior, Quielse Crisóstomo da Silva, Fabiano Braga Cortes, Nelson Buffara e Sebastião Rodrigues Júnior, com o fim especial de instalar a Comissão de Constituição e Justiça e eleger seu Presidente e Vice-Presidente, para a presente Sessão Legislativa. A reunião foi presidida na forma regimental, pelo Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, que declara instalada a

Comissão e solicita aos presentes a eleição para Presidente e Vice-Presidente. Foram aclamados, por unanimidade dos Membros presentes, os Senhores Deputados Fabiano Braga Cortes e Nelson Buffara, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva pede a palavra para esclarecer que os Senhores Deputados Antonio Franco Ferreira da Costa Filho e Wilson Fortes, delegaram poderes a ele, para dar pleno apoio à chapa composta pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Cortes e Nelson Buffara. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes agradece aos nobres Colegas, pela deferência recebida, na certeza do sucesso dos trabalhos da Comissão, dada a composição de seus membros. Esclarece, ainda que as reuniões ordinárias, como é de praxe, ficam marcadas para as quartas-feiras, com exceção desta semana, que a reunião será antecipada para terça-feira, por sugestão do Senhor Deputado Ovídio Franzoni, em virtude de matéria de urgência que está na Comissão para ser apreciada. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Fabiano Braga Cortes, por todos os Membros da Comissão, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

Antonio Lopes Júnior
Antonio F.F. da Costa Filho
Erondy Silvério
Ivo Thomazoni
Nelson Buffara
Ovídio Franzoni
Paulo Camargo
Quielse C. da Silva
Sebastião Rodrigues Júnior
Wilson Fortes
Rita Celestino Soares — Secretária

CONTABILIDADE GERAL — BALANCETE DO MÊS DE FEVEREIRO/1974

ATIVO

DISPONIVEL

Tesouraria	4.886.668,85	4.886.668,85
------------	--------------	--------------

EXECUÇÃO DA DESPESA

Venc. e Vantagens Fix.	1.317.524,43	
Desp. Var. c/p. Civil	623.574,74	
Material de Consumo	78.405,82	
Serviços de Terceiros	295.987,28	
Encargos Diversos	229.000,00	
Desp. Exerc. Anter.	49.941,96	
Subvenções Sociais	705.000,00	
Inativos	184.959,13	
Pensionistas	72.185,70	
Salário Família	26.647,00	
Equip. e Instalações	65.582,00	
Material Permanente	1.387,19	
Aux. p/Obras Públicas	—	3.650.175,25

CONTAS PENDENTES

Despesas Diferidas	600.000,00	600.000,00
--------------------	------------	------------

SOMA DO ATIVO

9.136.844,10

PASSIVO

LIBER. SECR. FAZENDA

PESSOAL

Venc. e Vantagens Fix.	2.400.000,00	
Desp. Var. c/p. Civil	1.030.000,00	
Inativos	380.000,00	
Pensionistas	150.000,00	
Salário Família	70.000,00	4.030.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

Material de Consumo	80.000,00	
Serviços de Terceiros	300.000,00	
Encargos Diversos	250.000,00	
Desp. Exerc. Anter.	60.000,00	
Subvenções Sociais	85.000,00	775.000,00

CAPITAL

Equip. e Instalações	200.000,00	
Material Permanente	150.000,00	
Aux. p/Ob. Publ.	500.000,00	850.000,00
		5.655.000,00

CREDITORES

Despesas Empenhadas	389.296,11	
Despesas Processadas	903.065,18	
Folhas de Pagamento	239.558,00	
Restituições	12.807,21	
Consignações	—	1.544.726,50

RESTOS A PAGAR

Empenhados	1.253.660,91	
Processados	23.154,16	1.276.815,07

CONTAS PENDENTES

Outras Contas Pendentes	660.302,53	660.302,53
		3.481.844,10

SOMA DO PASSIVO

9.136.844,10

Palácio "XIX de Dezembro", em 28 de fevereiro de 1974

as. ilegível — Chefe da Seção de Cont.

as. ilegível — Chefe da Div. Cont

as. ilegível — Contador Geral